DARCY RIBEIRO

OS ÍNDIOS E A CIVILIZAÇÃO

A integração das populações indígenas no Brasil moderno

Apresentação
Mércio Pereira Gomes

São Paulo
2017

12. Conclusões

População indígena brasileira

A população indígena do Brasil, cujo montante se encontrava em 1957 entre um mínimo de 68 100 e um máximo de 99 700, não alcança, mesmo na hipótese mais otimista, 0,2% da população nacional. Distribuídos pelas diversas regiões do país, os valores médios destas avaliações nos dão um montante provável de 52 550 índios (61%) para a Amazônia; de 18 125 (21,6%) para o Brasil central; de 7 700 (9%) para o Brasil oriental, e de 5 525 (6,5%) para a região Sul.

Distribuídas por categorias correspondentes aos graus de contato, estas médias nos dão os seguintes números: 23 925 índios para os grupos isolados (28,5%); 10 275 para os que estão em contato intermitente (12,2%); 18 175 para os que vivem em contato permanente (21,6%); e 31 525 para os grupos integrados na sociedade nacional (37,6%). A discriminação dos grupos linguísticos com mais de 100 mil pessoas indica a existência provável de 13 825 índios do tronco linguístico aruak; 12 775 de língua jê; 12 400 tupi e 12 200 karib, em território brasileiro.

Graus de integração

As populações indígenas do Brasil moderno são classificáveis em quatro categorias referentes aos graus de contato com a sociedade nacional, a saber: isolados, contato intermitente, contato permanente e integrados. Estas categorias representam etapas sucessivas e necessárias da integração das populações indígenas na sociedade nacional. Alguns grupos desaparecem, porém, antes de percorrer todas elas e cada grupo permanece mais ou menos tempo numa etapa, conforme as vicissitudes de suas relações com os civilizados, certas características culturais próprias e as variantes econômicas da sociedade nacional com que se defrontam.

1. *Isolados*. São os grupos que vivem em zonas não alcançadas pela sociedade brasileira, só tendo experimentado contatos acidentais e raros com "civilizados". Apresentam-se como simplesmente arredios ou como hostis.

Nesta categoria se encontram as tribos mais populosas e de maior vigor físico e, também, as únicas que mantêm completa autonomia cultural.

2. *Contato intermitente*. Corresponde àqueles grupos cujos territórios começam a ser alcançados e ocupados pela sociedade nacional. Ainda mantêm certa autonomia cultural, mas vão surgindo necessidades novas cuja satisfação só é possível através de relações econômicas com agentes da civilização. Frequentemente têm relações de ambivalência motivadas, por um lado, pelo temor ao homem branco e, por outro lado, pelo fascínio que exerce sobre eles um equipamento infinitamente superior de ação sobre a natureza. Suas atividades produtivas começam a sofrer uma diversificação pela necessidade de, além das tarefas habituais, serem obrigados a dedicar um tempo crescente à produção de artigos para troca ou a se alugarem como força de trabalho. Sua cultura e sua língua começam já a refletir essas novas experiências através de certas modificações que a acercam das características da sociedade nacional.
3. *Contato permanente*. Incluímos nesta categoria os grupos que já perderam sua autonomia sociocultural, pois se encontram em completa dependência da economia regional para o suprimento de artigos tornados indispensáveis. No entanto, ainda conservam os costumes tradicionais compatíveis com sua nova condição, embora profundamente modificados pelos efeitos cumulativos das compulsões ecológicas, econômicas e culturais que experimentaram. O número de índios capazes de exprimir-se em português aumenta, alargando assim os meios de comunicação com a sociedade nacional. A população indígena tende a diminuir, chegando algumas tribos a índices tão baixos que tornam inoperante a antiga organização social.
4. *Integrados*. Estão incluídos nesta classe aqueles grupos que, tendo experimentado todas as compulsões referidas, conseguiram sobreviver, chegando a nossos dias ilhados em meio à população nacional, a cuja vida econômica se vão incorporando como reserva de mão de obra ou como produtores especializados em certos artigos para o comércio. Em geral vivem confinados em parcelas de seus antigos territórios, ou, despojados de suas terras, perambulam de um lugar a outro. Alguns desses grupos perderam sua língua original e, aparentemente, nada os distingue da população rural com que convivem. Igualmente mestiçados, vestindo a mesma roupa, comendo os mesmos alimentos, poderiam ser confundidos com seus vizinhos neobrasileiros, se eles próprios não estivessem certos de que constituem um povo à parte, não guardassem uma espécie de

lealdade a essa identidade étnica e se não fossem definidos, vistos e discriminados como "índios" pela população circundante.

5. A etapa de integração não corresponde à fusão dos grupos indígenas na sociedade nacional como parte indistinguível dela, pois essa seria a assimilação grupal que não ocorreu em nenhum dos casos examinados. Aquilo com que nos defrontamos e que foi designado como estado de integração ou como condição de índio genérico representa uma forma de acomodação que concilia uma identificação étnica específica com uma crescente participação na vida econômica e nas esferas de comportamento institucionalizado da sociedade nacional.

Avaliação dos resultados da integração

Uma apreciação numérica dos efeitos do impacto da civilização sobre as populações tribais no curso do século XX mostra que:

1. No trânsito da condição de isolamento à de integração, 87 grupos indígenas foram levados ao extermínio e quase todos eles sofreram grandes reduções demográficas e profundas transformações nos seus modos de vida. Enquanto na relação de tribos indígenas existentes em 1900 sobressai a coluna correspondente aos grupos isolados, com 45,6% do total, na relação de 1957 sobressai a última, dos grupos extintos, com 37,8% do total.
2. O vulto do extermínio em número de pessoas foi muito mais ponderável. Aos 105 grupos isolados de 1900, correspondia, segundo uma avaliação grosseira, uma população de 50 mil índios. Aos seus sobreviventes, classificáveis nas diferentes categorias de integração (exceto os ainda isolados), correspondia, em 1957, tão somente uma população de 13 320. A proporção do extermínio no período considerado foi, portanto, de 73,4%.
3. A proporção de tribos desaparecidas nos primeiros embates com a civilização, nesse meio século, indica que as chances de sobrevivência para os isolados foram pouco superiores a 50%, uma vez que 33 deles desapareceram, enquanto 39 conseguiram sobreviver, passando a outras condições de interação. Foram algo maiores, de cerca de 85%, as chances de sobrevivência dos grupos em contato intermitente, pois dos 53 existentes em 1900 desapareceram catorze. Os principais fatores de extinção que operam nessas primeiras etapas de integração são a morte em conflitos com os civilizados e, sobretudo, a depopulação provocada por epidemias de gripe, sarampo, coqueluche e outras enfermidades desconhecidas.
4. Os grupos indígenas que alcançaram, no período examinado, a etapa de convívio permanente, sobre os quais se acumularam, ademais das compulsões de ordem ecológica e biótica, as do processo de aculturação, tiveram suas chances de sobrevivência reduzidas a 28,2%, conforme se comprova pelo fato de terem desaparecido 28 das 39 tribos nestas condições. Os grupos que já se encontravam integrados em 1900 suportaram melhor as vicissitudes do contato, sobrevivendo na proporção de 58,6%, uma vez que de 29 grupos desapareceram doze. No total, desapareceram quatro de cada dez tribos existentes em 1900, sendo de se prever que, a prevalecerem as mesmas condições, 57 dos atuais 143 grupos hoje existentes desaparecerão até o fim do século.

As faces da civilização

A sociedade nacional apresenta características tão diversas e tão relevantes para o processo de integração das populações indígenas, conforme assume a forma de economia extrativa, agrícola ou pastoril, que não podemos tratá-la como uma constante. Estas diferenças se explicam pela forma específica de ação de cada frente de expansão sobre os grupos indígenas, decorrente de seu caráter de empresas capitalistas especializadas na utilização de certos recursos do território e, em consequência, integradas por populações diferenciadas em suas características socioculturais.

1. A *economia extrativa* impõe a dissolução dos grupos tribais mais densos e sua dispersão pela mata através do engajamento dos homens como remeiros e tarefeiros e das mulheres como amásias e produtoras de mantimentos. O baixo grau de organização da vida social e de imposição das instituições nacionais que prevalecem nessas áreas coloca os índios diante de grupos instáveis extremamente agressivos e de formas particularmente arcaicas e despóticas de engajamento da mão de obra para a produção.
2. A *economia agrícola* já não se interessa pelo índio como mão de obra e como produtor, mas simplesmente disputa as terras que ele ocupa para estender as lavouras. Suas variantes principais – a grande lavoura comercial e a economia granjeira – operam de forma distinta sobre os índios.

Ambas o fazem, porém, de modo menos agressivo que evitativo em face dos índios com que se defrontam.

3. A *economia pastoril* age diante do índio movida pela necessidade de limpar os campos de seus ocupantes humanos para entregá-los ao gado e evitar que o indígena, desprovido de caça, a substitua pelos rebanhos que tomaram seu lugar. Aqui, como no caso da frente agrícola, o que mais afeta os índios é a tendência ao monopólio da terra para sua conversão em pastagens. A defesa do gado contra os índios torna as frentes pastoris particularmente agressivas, levando-as a promover chacinas tão devastadoras quanto as das frentes extrativistas.
4. As diferenças entre o impacto que cada uma dessas frentes de expansão desencadeia sobre os grupos tribais não podem ser medidas pela proporção de 60% de extinção dos grupos que se defrontam com frentes de economia agrícola; 45,7% dos que são atingidos por economias extrativas e 30,2% dos que foram alcançados pelas frentes pastoris. Estas diferenças exprimem, essencialmente, o caráter de fronteiras novas de expansão civilizatória da frente extrativista e de algumas frentes agrícolas, em contraste com as pastoris, que constituem, em geral, áreas de antiga ocupação. A proporção de grupos indígenas nas áreas de economia extrativa (48,9%), pastoril (20,9%) e agrícola (2,8%) confirma essa asserção, refletindo o grau de penetração e domínio da sociedade nacional em cada uma delas. Esta análise impõe a conclusão de que o determinante fundamental do destino dos grupos indígenas é a dinâmica da sociedade nacional. Esta, avançando inexoravelmente sobre as poucas faixas inexploradas do território brasileiro onde ainda sobrevivem grupos isolados, atua dizimadoramente sobre eles e, à medida que consolida a ocupação e ascende a maiores concentrações demográficas, envolve a todos os grupos, fazendo baixar o número de tribos e seu montante populacional.

Reações étnicas diferenciais

O rumo e o ritmo do processo de transfiguração étnica podem ser alterados de acordo com certas variantes correspondentes a características das populações tribais, dentre as quais ressaltam:

1. A magnitude das populações em confronto, ou, em outras palavras, o vulto demográfico da sociedade nacional em relação ao diminuto volume das populações tribais. Essa desproporção decorre das respectivas etapas evolutivas que, no caso das etnias tribais, apenas permite aglutinar núcleos de população limitada e tendente a desdobrar-se em novos grupos à medida que crescem; mas, no caso das sociedades nacionais, possibilita um crescimento quase ilimitado. Este se processa tanto pelo incremento vegetativo quanto pelo poder de desenraizar, desculturar e aculturar indivíduos tomados das etnias tribais e engajados num sistema socioeconômico global, cujos descendentes se fundem na etnia nacional.
   O efeito crucial dessas disparidades foi impossibilitar os indígenas de enfrentar unificadamente aos brasileiros como duas entidades de magnitude equivalente. Ao contrário, compeliu cada microetnia a opor-se, sozinha, aos agentes locais de uma enorme sociedade nacional em expansão. O resultado foi o desaparecimento da maior parte dos grupos indígenas e a condenação dos sobreviventes à condição de microetnias incapazes de alcançar um montante populacional suficiente para poder aspirar à independência como Estados nacionais autônomos.
2. A atitude das populações indígenas para com os agentes da sociedade nacional:
   a) uma atitude aguerrida de defesa enérgica contra a invasão de seus territórios e de agressividade contra as frentes pioneiras explica a preservação de alguns grupos indígenas que, assim, puderam manter sua autonomia, embora sofrendo pesadas perdas e profundas transformações em seus modos de vida. Entretanto, em virtude da disparidade das massas em confronto, os índios só podem deter as frentes pioneiras por algum tempo, à custa de um tremendo desgaste da própria população e até que provoquem, com sua resistência, uma concentração dessas frentes que as torne capazes de avançar sobre eles como uma avalanche irresistível.
   b) uma atitude dócil e de receptividade por parte dos índios, facilitando os contatos e criando condições para uma rápida sucessão de etapas de integração, provoca uma acumulação dos efeitos dissociativos de cada uma delas que os condena a um pronto desaparecimento.
3. A predisposição dos grupos indígenas à aceitação ou rejeição de inovações permite classificar as culturas tribais como relativamente flexíveis e maleáveis ou como rígidas e conservativas. Entretanto, uma postura aberta tanto pode facilitar as alterações necessárias ao enfrentamento da

nova situação e a conquista de um novo equilíbrio como pode acelerar o processo de transfiguração, acumulando compulsões que, em certos casos, levam os grupos indígenas a um colapso. Por outro lado, uma atitude conservadora pode conduzir tanto a uma conduta evitativa que preserve o grupo como a uma incapacidade, igualmente fatal, de mudança, em consonância com as exigências da nova situação de existência.

4. A distância relativa entre a cultura tribal, sobretudo seu sistema adaptativo, e a da sociedade nacional. Com efeito o sistema adaptativo das populações rurais brasileiras é, em grande parte, uma herança dos métodos de luta pela subsistência das tribos agrícolas da floresta tropical que foram encontradas na costa pelos primeiros colonizadores, especialmente os grupos tupi. Em consequência, esses grupos encontram maior facilidade de aculturação e integração porque têm, de partida, uma série de elementos comuns que permitem maior grau de compreensão recíproca e facilitam o escambo e, depois, o comércio. Já as tribos de filiação cultural diversa enfrentam obstáculos muito maiores ao se defrontarem com a sociedade nacional, porque tudo para elas é diferente, desde os hábitos alimentares e os métodos de produção até a concepção do mundo. Pode-se afirmar, portanto, que um dos fatores que ativam ou entravam o processo de integração é a distância cultural, tanto absoluta – entre o nível de desenvolvimento tecnológico dos índios (agrícolas e pré-agrícolas) e o da sociedade nacional – quanto relativa, vale dizer, entre as diversas variedades de culturas indígenas e a sociedade rural brasileira com sua preponderante herança tupi. Essa ativação tem como consequência principal a rápida dissociação e a pronta extinção dos grupos mais habilitados para o convívio com a civilização. Uma confirmação do peso deste fator nos é dada pelo fato de que os grupos tupi foram os mais vulneráveis às compulsões a que todos se viram submetidos, uma vez que perderam uma proporção muito maior de seus representantes registrados em 1900.

A intervenção protecionista

Um dos condicionantes fundamentais do curso do processo de transfiguração étnica é a interação intervencionista conduzida, seja com o objetivo de simples proteção, seja com propósitos de catequese.

1. A proteção oficial aos índios só prestou serviços efetivamente relevantes na pacificação das tribos hostis, em que dava solução aos problemas da expansão da sociedade nacional e não aos problemas indígenas que lhe competia amparar. As formas mais eficazes de amparo da intervenção protecionista consistem:

a) na criação de condições artificiais de interação que, atrasando a sucessão de etapas de integração, assegura aos índios mais tempo e maior liberdade de resistência às diversas compulsões a que são submetidos.

b) na garantia aos grupos indígenas da posse indisputada de um território onde possam manter uma economia comunitária. Graças a estas formas de intervenção, puderam sobreviver muitas tribos que teriam desaparecido se estabelecessem relações livres e espontâneas com agentes da sociedade nacional, perdendo suas terras e sendo enganadas na força de trabalho regional nas precárias condições que lhes são oferecidas. Lamentavelmente, ela não pôde operar – ou operou deficientemente – em todo o país, fazendo sentir sua ausência em áreas como o Juruá-Purus, o Guaporé e outras, por mais altas proporções de grupos desaparecidos no século XX.

2. A ação missionária, sendo conduzida com propósitos de incorporação do indígena à cristandade e, por esta via, à sociedade e à cultura nacional, operou frequentemente de forma mais negativa que a proteção oficial. Para isto contribuíram a intolerância dos missionários diante da cultura indígena, como a despreocupação das missões em garantir aos índios a posse do seu território e, ainda, as práticas de desmembramento da família indígena pela intimação dos filhos nas escolas missionárias a fim de receberem educação orientada no sentido de destribalizá-los. Em todos estes casos, a competição entre missionários católicos e protestantes provocou a ruptura da solidariedade tribal.

Fatores causais da transfiguração étnica

As diversas etapas de integração correspondem a passos do processo de transfiguração étnico-cultural que, operando através de compulsões de natureza ecológica, biótica, de coerções de natureza tecnológico-cultural, socioeconômica e ideológica, conduzem os indígenas da condição de índios tribais à de índios genéricos.

Cada uma dessas compulsões corresponde a um fator causal específico que produz efeitos também específicos, embora eles se somem uns aos outros, acarretando

às populações indígenas condições cada vez mais precárias de sobrevivência biológica e de existência como etnias autônomas.

1. As *compulsões ecológicas* afetam os grupos indígenas em duas formas básicas. Primeiro, como uma competição entre populações que disputam recursos diferentes de um mesmo território e culmina com a dizimação intencional dos índios ou a transformação do seu hábitat de forma tão drástica que torna inoperante seu antigo sistema adaptativo, ameaçando-os, também por isso, de extinção. Segundo, como um mecanismo de miscigenação que, assegurando aos não índios o papel de reprodutores, mediante a tomada de mulheres indígenas, resulta na identificação da prole com a etnia paterna e contribui para reduzir o substrato humano indispensável para a preservação da etnia tribal.
2. As *compulsões bióticas* de maior relevância consistem na incorporação dos índios indenes nos circuitos de contágio de moléstias de que são portadores os agentes da civilização e têm como efeito a depopulação e o debilitamento dos sobreviventes em níveis tais que, muitas vezes, importam na sua completa extinção física.
3. As *coerções tecnológico-culturais* resultam da adoção de novos instrumentos e técnicas de produção que, apesar de mais eficazes, têm efeitos nocivos porque impõem a dependência da tribo em relação aos provedores desses bens que não podem produzir, e porque provocam uma série de efeitos dissociativos sobre a vida tribal.
4. As *coerções socioeconômicas* consistem essencialmente no engajamento dos índios em um sistema produtivo de caráter capitalista-mercantil que, possibilitando a apropriação privada de suas terras e a conscrição dos indivíduos na força de trabalho regional, anulam a autonomia cultural e provocam profundos desequilíbrios na vida social dos indígenas.
5. As *coerções ideológicas* consistem, principalmente, na traumatização cultural e em frustrações psicológicas resultantes da desmoralização do *éthos* tribal e da compulsão de redefinir, passo a passo, todos os corpos de crenças e valores, assim como as próprias consciências individuais de acordo com a alteração das suas condições de existência.

Sequência típica da transfiguração étnica

As relações da sociedade nacional com as tribos indígenas se processam como um enfrentamento entre entidades étnicas mutuamente exclusivas. Dada a desproporção demográfica e de nível evolutivo que existe entre elas, a interação representa uma ameaça permanente de desintegração das etnias tribais. A reação destas consiste, essencialmente, num esforço para manter ou recuperar sua autonomia e para preservar sua identidade étnica, seja através do retorno real ou compensatório a formas tradicionais de existência, sempre quando isto ainda é possível; seja mediante alterações sucessivas nas instituições tribais que tornem menos deletéria a interação com a sociedade nacional. Esta reação não é, obviamente, um propósito lucidamente perseguido, mas antes uma consequência necessária de sua natureza de entidade étnica. As uniformidades mais gerais do processo de transfiguração étnica podem ser assim sumariadas:

1. Ao primeiro contato pacífico com a sociedade nacional, o indígena lhe empresta um enorme prestígio em virtude de sua imensa superioridade técnica e, geralmente, se faz receptivo aos elementos culturais que lhe são apresentados de forma indiscriminada, adotando tanto os que possam ser de utilidade imediata como outros, supérfluos e até inconvenientes.
2. Após essa primeira fase, vem outra em que se definem preferências e idiossincrasias, se estabilizam hábitos novos e se fixam necessidades econômicas conducentes a um convívio cada vez mais intenso com os agentes locais da sociedade nacional.
3. Quando a mortalidade e a desorganização interna do grupo consequente das compulsões ecológicas e bióticas começa a alertá-los para o preço que estão pagando pelo convívio pacífico com os civilizados, sobrevêm, geralmente, fases de violenta contra-aculturação. Quase sempre já é tarde para voltar atrás, seja porque a fuga se torna impraticável, seja porque a própria cultura tribal já está traumatizada pelas dúvidas, contradições e interesses em conflito. Alguns grupos encontram expressão para o seu desengano em movimentos messiânicos que se reiteram periodicamente; outros, na exacerbação da conduta religiosa, como uma reação compensatória. A maioria, porém, cai numa atitude de resignação e de amarga reserva para com a sociedade nacional.
4. Em todos os casos, se o grupo sobrevive, prossegue o processo de aculturação e de transfiguração étnica, regido agora pelas compulsões decorrentes

da satisfação de necessidades adquiridas que exigem uma interação cada vez mais intensa com o contexto regional e a incorporação progressiva dos índios na força de trabalho, como a camada mais miserável dela.

5. O destino de cada grupo dependerá, fundamentalmente, do ritmo em que opera a transfiguração étnica. Quando é muito intenso, acumulam-se tensões que condenam a tribo ao extermínio pela perda de seu substrato populacional e pelo colapso de sua estrutura sociocultural. Quando é mais lento, enseja redefinições do patrimônio cultural, recuperação dos desgastes biológicos e o estabelecimento de formas de acomodação entre a tribo e seu contexto regional de convívio que possibilitam prolongar a sobrevivência e a persistência da identificação étnica.
6. Uma vez fixados os vínculos de dependência econômica para com o contexto regional, a tribo só pode conservar os elementos da antiga cultura que sejam compatíveis com sua condição de índios integrados, embora não assimilados. Isso importa numa aculturação que culminará por configurá-los como índios genéricos que quase nada conservam do patrimônio original, mas permanecem definidos como índios e identificando-se como tais. O convívio desses índios genéricos com a população brasileira é mediatizado por um corpo de representações recíprocas que, figurando uns aos olhos dos outros da forma mais preconceituosa, antes os isola que os comunica, perpetuando sua condição de alternos em oposição.

Perspectivas futuras

O presente estudo do processo de transfiguração étnica permite fazer as seguintes previsões com respeito às populações indígenas brasileiras:

1. Prevê-se uma redução progressiva da população indígena, à medida que os diversos grupos passem da condição de isolamento à de integração. Esta redução não condenará a parcela indígena da população ao desaparecimento como contingente humano, porque os grupos indígenas, ao alcançarem a integração, tendem a experimentar certo grau de incremento demográfico. Este incremento, que, presentemente, permite a alguns grupos refazer parte do seu montante original, poderá levar muitos outros grupos a aumentar sua população, desde que lhes sejam asseguradas condições de vida adequadas.

2. As línguas indígenas, embora modificadas em seu vocabulário para exprimir as novas experiências do grupo e em sua estrutura pela coexistência com outra língua, devido ao bilinguismo, continuarão sendo faladas, exceto nos casos de dispersão dos grupos falantes ou de sua fusão com outras tribos.
3. Contudo, as culturas indígenas, somente podendo sobreviver autônomas nas áreas inexploradas ou de penetração recente e fraca ou nas condições artificiais da intervenção protecionista, constituem obsolescências destinadas a se descaracterizarem na medida em que a sociedade nacional cresça e ganhe homogeneidade de desenvolvimento.
4. Qualquer previsão sobre o destino dos grupos indígenas brasileiros deve levar em conta que, entre as várias formas de compulsão mercê das quais a sociedade nacional os afeta, sobressaem as de caráter socioeconômico. Estas não são, porém, intrínsecas à sociedade nacional, mas decorrentes de sua forma de ordenação institucional. Com efeito, é como uma formação capitalista de caráter neocolonial que a sociedade brasileira mais afeta os grupos indígenas, pela apropriação de suas terras para a exploração extrativista ou para formar novas fazendas agrícolas e pastoris e pelo seu aliciamento como mão de obra barata para ser desgastada na produção de mercadorias. O caráter histórico e circunstancial dessas instituições abre aos grupos tribais que conseguem sobreviver a elas certas perspectivas de assimilação ou de persistência como etnias minoritárias dentro de um novo contexto étnico nacional multiétnico, mais capacitado a assegurar liberdade e bem-estar a seus componentes.

Sumário

O copioso material examinado neste estudo demonstra que os grupos indígenas que classificamos como integrados percorreram todo o caminho da aculturação, no curso do qual suas peculiaridades culturais se alteraram e uniformizaram tanto que já não são substancialmente maiores que as das outras variantes da sociedade nacional, em sua feição rústica. Apesar disso, permanecem índios porque sua aculturação não desembocou numa assimilação, mas no estabelecimento de um *modus vivendi* ou de uma forma de acomodação. Isto significa que o gradiente da transfiguração étnica vai do índio tribal ao índio genérico e não do indígena ao brasileiro. Significa, também, que as entidades étnicas são muito mais resistentes

do que se supõe geralmente, porque só exigem condições mínimas para perpetuar--se; e porque sobrevivem à total transformação do seu patrimônio cultural e racial. Significa, ainda, que a língua, os costumes, as crenças, são atributos externos à etnia, suscetíveis de profundas alterações, sem que esta sofra colapso ou mutação. Significa, por fim, que as etnias são categorias relacionais entre agrupamentos humanos, compostas antes de representações recíprocas e de lealdades morais do que de especificidades culturais e raciais.

As conclusões a que chegamos no exame da interação entre os índios e a civilização no século XX são provavelmente válidas para os períodos anteriores. Sua generalização exige, porém, pesquisas específicas em que esta hipótese seja acuradamente analisada.

DARCY RIBEIRO

O POVO BRASILEIRO

A formação e o sentido do Brasil

9ª reimpressão

3. BAGOS E VENTRES

DESINDIANIZAÇÃO

Não contando com séries estatísticas confiáveis para o passado — se não as temos nem no presente —, faremos uso aqui, vastamente, do que eu chamo demografia hipotética. Vale dizer, séries históricas compostas com base nos poucos dados concretos e completadas com o que parece verossímil.

É de todo provável que alcançasse, ou pouco excedesse, a 5 milhões o total da população indígena brasileira quando da invasão. Seria, em todo o caso, muito maior do que supõem as avaliações correntes, conforme demonstram estudos de demografia histórica (Borah 1962, 1964; Dobbyns e Thompson 1966). Baseados em análises da documentação disponível, realizadas à luz de novos critérios, esses estudos multiplicaram os antigos cálculos da população indígena original das Américas.

Havia, tanto do lado português como do espanhol, uma tendência evidente dos estudiosos para minimizar a população indígena original. Seja por crer que houvesse exagero nas fontes primárias dos cronistas, que efetivamente viram os índios com seus próprios olhos, o que era um absurdo. Seja pela tendência prevalecente por muito tempo — e ainda hoje perceptível — de dignificar o papel dos conquistadores e colonizadores, ocultando o peso do seu impacto genocida sobre as populações americanas, o que é mais absurdo ainda.

Não existem, ainda, estudos elaborados à luz dessa nova perspectiva para reavaliar a população indígena original do território brasileiro, paraguaio e do rio da Prata. Mas ela seria, certamente, superior aos cálculos indiretos aparentemente mais bem fundamentados, como o de Julian Steward (1949:666), que a estimou em 1 milhão e pouco; Lugon (1968), que elevou este

número a 3 milhões e Hemming (1978:487-501), que o reduziu a 2,4 milhões.

O número de referência que utilizamos para toda a área (5 milhões) deverá, por conseguinte, ser visto com reserva até que contemos com estudos diretos sobre o tema, com base na documentação disponível, de acordo com a nova metodologia da demografia histórica. Trata-se, sem dúvida, de um número elevado, mesmo em comparação com a população portuguesa de 1500, que pouco excedia a 1 milhão de habitantes.

Entretanto, nossa avaliação da população indígena original do Brasil não deve ser exagerada, porque ela é coerente com as fontes primárias e, na hora de fixá-la, levamos em conta as taxas da depopulação tribal que se segue ao primeiro século de contato. Com efeito, os numerosos casos concretos que conhecemos diretamente de depopulação resultante dos primeiros contatos (Ribeiro 1970:261) confirmam as taxas dos estudos demográficos referidos, que é da ordem de 25 por um. Esse cálculo se baseia, fundamentalmente, no desmoronamento da população mexicana logo após a conquista, que caiu de 25,3 milhões para 1 milhão entre 1519 e 1605 (Cook e Borah 1957). Isso significa que os 100 mil indígenas brasileiros que alcançaram a primeira metade do século XX seriam, originalmente, ao menos 2,5 milhões. Como, entretanto, consideramos, por um lado, uma área que inclui os territórios do Paraguai e do Uruguai, muito populosos, e, por outro lado, um período de quatro séculos, no curso do qual foram extintos muitos grupos indígenas, é de se supor que a população indígena original tenha sido, de fato, muito maior, provavelmente o dobro, o que nos leva à cifra com que trabalhamos.

Seguindo esse raciocínio, supomos que aqueles 5 milhões de indígenas de 1500 se teriam reduzido a 4 milhões um século depois, com a dizimação pelas epidemias das populações do litoral atlântico, que sofreram o primeiro impacto da civilização pela contaminação das tribos do interior com as pestes trazidas pelo europeu e pela guerra. No segundo século, de 1600 a 1700, prossegue a depopulação provocada pelas epidemias e pelo desgaste

no trabalho escravo, bem como o extermínio na guerra, reduzindo-se a população indígena de 4 para 2 milhões.

Assim foi, então, o desgaste das tribos isoladas que viviam nas áreas de colonização recente e, sobretudo, na região Sul, onde os mamelucos paulistas liquidaram as enormes concentrações de índios Guarani das missões jesuíticas. É provável que naquele século se tenham escravizado mais de 300 mil índios, levados para São Paulo e vendidos na Bahia e em Pernambuco (Simonsen 1937). Essa captura de escravos se fazia, também, por intermédio de muitíssimos índios cativos, aliciados nas bandeiras. A proporção de índios para "brancos" nas bandeiras foi de setecentos para duzentos na de Cristóvão de Barros e de novecentos para 150 na de Antônio Dias Adorno, em 1574; e de mil para duzentos na bandeira de Raposo Tavares às reduções jesuíticas em Itatins (1648). O próprio Nassau mandou contra Palmares, em 1645, uma expedição com setecentos índios e cem mulatos para trezentos soldados holandeses, que aliás fracassou. Os Palmares foram destruídos meio século depois por homens de Jorge Velho, que seguiu do Piauí para combater, primeiro, os índios Janduí (1688) e, depois, Palmares (1694) com uma tropa de 1300 índios para 150 "brancos". Foi também de índios o grosso das forças com que os portugueses lutaram contra os franceses na Guanabara e, mais tarde, no Maranhão, assim como contra os holandeses, na Paraíba.

No terceiro século, de 1700 a 1800, se teria *gasto* — conforme a bizarra expressão dos cronistas coloniais — outro milhão, principalmente no Maranhão, no Pará e no Amazonas, reduzindo-se o montante de índios isolados de 2 para 1 milhão. Esse último milhão vem minguando, desde então, com a ocupação de vastas áreas florestais, paulatinamente exploradas, em Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e com a abertura de amplas frentes de expansão no Brasil central e na Amazônia.

Em cada século e em cada região, tribos indígenas virgens de contato e indenes de contágio foram experimentando, sucessivamente, os impactos das principais compulsões e pestes da civilização, e sofreram perdas em seu montante demográfico de que

jamais se recuperaram. O efeito dizimador das enfermidades desconhecidas, somado ao engajamento compulsório da força de trabalho e ao da deculturação, conduziram a maior parte dos grupos indígenas à completa extinção. Em muitos casos, porém, sobrevive um remanescente que, via de regra, corresponde àquela proporção de um por 25 da população original. A partir desse mínimo é que voltou a crescer lentissimamente.

Conforme se vê, a população original do Brasil foi drasticamente reduzida por um genocídio de projeções espantosas, que se deu através da guerra de extermínio, do desgaste no trabalho escravo e da virulência das novas enfermidades que os achacaram. A ele se seguiu um etnocídio igualmente dizimador, que atuou através da desmoralização pela catequese; da pressão dos fazendeiros que iam se apropriando de suas terras; do fracasso de suas próprias tentativas de encontrar um lugar e um papel no mundo dos "brancos". Ao genocídio e ao etnocídio se somam guerras de extermínio, autorizadas pela Coroa contra índios considerados hostis, como os do vale do rio Doce e do Itajaí. Desalojaram e destruíram grande número deles. Apesar de tudo, espantosamente, sobreviveram algumas tribos indígenas ilhadas na massa crescente da população rural brasileira. Esses são os indígenas que se integram à sociedade nacional, como parcela remanescente da população original.

Já assinalamos que essa integração não corresponde a uma assimilação que os converta em membros indiferenciados da etnia brasileira. Significa, tão somente, a fixação de um *modus vivendi* precaríssimo através do qual transitam da condição de índios específicos, com sua raça e cultura peculiares, à de índios genéricos. Esses, ainda que crescentemente mestiçados e aculturados, permanecem sempre "indígenas" na qualidade de alternos dos "brasileiros", porque se veem e se sofrem como índios e assim também são vistos e tratados pela gente com que estão em contato.

Existe uma copiosíssima documentação, que vem do primeiro século, sobre esses índios genéricos concentrados em suas aldeias, algumas autônomas, outras administradas por missões re-

ligiosas ou por serviços oficiais de proteção. Neles sobrevivem por décadas, ou por séculos, sempre inassimilados, os remanescentes da hecatombe que sofreram com o impacto da civilização. Sempre irredutivelmente indígenas frente aos brasileiros. Não encontra nenhuma base nos fatos, conforme se vê, a ideia de que os índios, através de processos de aculturação, amadureçam para a civilização.

A historieta clássica, tão querida dos historiadores, segundo a qual os índios foram amadurecendo para a civilização de forma que cada aldeia foi se convertendo em vila, é absolutamente inautêntica. O estudo que realizamos para a UNESCO, esperançosos de apresentar o Brasil como um país por excelência assimilacionista, demonstrou precisamente o contrário. O índio é irredutível em sua identificação étnica, tal como ocorre com o cigano ou com o judeu. Mais perseguição só os afunda mais convictamente dentro de si mesmos. Tal não conseguem os serviços oficiais de proteção, geralmente entregues a missionários, e também não conseguem esses últimos. Povos há, como os Bororo, por exemplo, com mais de século e meio de vida catequética, que permanecem Bororo, pouco alterados pela ação missionária; ou os Guarani, com mais de quatro séculos de contato e dominação.

Algum êxito alcançam missões muito atrasadas, como os salesianos do rio Negro, que, empenhados em ocidentalizar e catequizar os índios daquela área, juntaram as crianças de tribos diferentes nas mesmas escolas, preenchendo assim a condição essencial para desindianizar os índios, que é a ruptura das relações da velha transmissão de pais a filhos. O que alcançaram não foram italianinhos, mas moças e rapazes marginalizados, que não sabiam ser índios nem civilizados, e lá vivem em vil tristeza.

A incorporação de indígenas à população brasileira só se faz no plano biológico e mediante o processo, tantas vezes referido, de gestação dos mamelucos, filhos do dominador com mulheres desgarradas de sua tribo, que se identificavam com o pai e se somavam ao grupo paterno. Por essa via, através dos séculos, a mulher indígena veio plasmando o povo brasileiro em seu papel de

principal geratriz étnica. Numa sociedade com carência principalmente de mulheres, os índios e negros aliciados como escravos raramente conseguem uma companheira. Saint-Hilaire, falando da região do Rio Grande do Sul, observa que os índios escravizados "se inutilizam para o povoamento do solo, visto como longe de suas terras não encontram mulheres com quem pudessem casar" (Saint-Hilaire 1939).

Na primeira década deste século [XX], a situação indígena brasileira era altamente conflitiva. Missionários se apropriavam das terras dos índios que catequizavam e as estavam loteando, com grande revolta dos índios. Vastas áreas entregues à colonização estrangeira, principalmente alemã, viviam convulsionadas por bugreiros pagos pelos colonos para limpar suas terras do incômodo "invasor". O próprio diretor do Museu Paulista e eminente cientista pediu ao governo que optasse entre a selvageria e a civilização. Se seu propósito era civilizar o país, cumpria abrir guerras de extermínio com tropas oficiais para resolver o problema.

Nessa situação é que se levanta o principal dos humanistas brasileiros, Cândido Rondon. Tendo muito mais experiência de trato com os índios, porque havia estendido milhares de quilômetros de linhas telegráficas em território indígena sem entrar em conflito com eles, Rondon exigia do país respeito à sua população original. Seu apelo foi atendido não só pelo governo mas por dezenas de oficiais das forças armadas e profissionais de toda a sorte, que decidiram dedicar suas vidas à salvação dos povos indígenas.

Fundado nos princípios do positivismo de Augusto Comte, mas superando-os largamente, Rondon e seus companheiros estabeleceram um corpo de diretrizes que por décadas orientaram uma política indigenista oficial. Eles afirmavam que o objetivo não podia ser exterminar ou transformar o indígena, mas fazer dele um índio melhor, dando-lhe acesso a ferramentas e a orientação adequada. O que cumpria fazer em essência era assegurar aquele mínimo indispensável a cada povo indígena, que é o direito de ser índio, mediante a garantia de um território onde possam viver sossegados, a salvo de ataques, e reconstituir sua vida

e seus costumes. A necessidade de abrir novas frentes de colonização tinha que ser precedida de um cuidadoso trabalho junto aos índios.

A inovação principal de Rondon foi, porém, o estabelecimento pioneiro do princípio, só hoje reconhecido internacionalmente, do direito à diferença. Em lugar da fofa proclamação da igualdade de todos os cidadãos, os rondonianos diziam que, não sendo iguais, essa igualdade só servia para entregar os índios a seus perseguidores. O que cumpria era fixar as normas de um direito compensatório, pelo qual os índios tinham os mesmos direitos que os brasileiros — de ser eleitor, de fazer serviço militar, por exemplo —, mas esses direitos não lhes podiam ser cobrados como deveres.

Curt Nimuendaju, um dos maiores etnólogos e conhecedores dos índios do Brasil, traça o perfil do índio civilizado:

> [...] mais do que em qualquer outra parte do Brasil por mim conhecida, achei no Içana e Uaupés as relações entre índios e civilizados — os brancos como ali se diz — irremediavelmente estragadas: um abismo se abriu entre os dois elementos, à primeira vista, apenas perceptível, encoberto pelo véu de um *modus vivendi* arranjado pelas duas partes, mas mostrando-se logo em toda sua profundidade intransponível, assim que se trata de conquistar a confiança dos índios e de penetrar no íntimo da psique deles. Claro está que a maioria dos civilizados, não compreendendo nem precisando de nada disto, nunca chega ao conhecimento desse abismo, dando-se por muito satisfeita com o *modus vivendi* e o apresentando muitas vezes orgulhosamente como resultado dos seus processos civilizadores ("Viagem ao rio Negro", relatório apresentado à Inspetoria do Amazonas do Serviço de Proteção aos Índios, datado de setembro de 1927 in Nimuendaju 1950:173).

Nos idos de 1954, trabalhando na Organização Internacional do Trabalho (OIT) para estabelecer os direitos dos povos indígenas, o pensamento rondoniano ali apresentado impressionou

tanto a dois intelectuais indianos, que eles pediram intérprete e almoçaram comigo, querendo notícias desse grande brasileiro que desconheciam. Eu lhes mostrei que não havia nenhuma relação entre Rondon e Gandhi. Eram tão só dois humanismos paralelos. É curioso recordar que eles quiseram saber se eu era um juramentado. A custo entendi sua pergunta, quando disseram que eles próprios eram juramentados da causa dos povos minoritários e oprimidos da Índia. Ou seja, prometeram que nos dez anos posteriores à sua formatura universitária só dedicariam seu pensamento e suas mãos a essa causa.

O INCREMENTO PRODIGIOSO

As grandes façanhas históricas brasileiras foram a conquista de um território continental e a construção de uma população que ultrapassa os 150 milhões. Nenhum desses feitos foi gratuito. Portugal, que viveu mil anos na obsessão de fronteira, temeroso de ser engolido pela Espanha, aqui, desde a primeira hora, tratou de marcar e alargar as bases de suas posses territoriais. Plantou fortalezas a mil léguas de qualquer outro povoador. Manteve pela guerra, por séculos, pontos de fixação de seus lindes, como a Colônia do Sacramento.

A construção da população, se não se fez como um propósito deliberado, foi resultante de uma política demográfica espontaneísta de que resultou tanto a depopulação de milhões de trabalhadores como o incremento de outros milhões.

No plano genésico, a população brasileira se constrói simultaneamente pela dizimação mais atroz e pelo incremento mais prodigioso. Utilizando largamente a imensa disponibilidade de ventres de mulheres indígenas escravizadas, o incremento da população mestiça foi nada menos que miraculoso.

Em 1584, o padre José de Anchieta avaliava a população do Brasil em 57 mil almas, sendo 25 mil *brancos da terra* — quer dizer, principalmente mestiços de portugueses com índias —, 18 mil índios e 14 mil negros. O número seria muito maior se a